

Democracia e revolução no pensamento de Marx e Engels (1847-1850)

Alvaro Bianchi

Doutor em Ciências Sociais, professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e diretor do Centro de Estudos Marxistas (Cemarx/Unicamp).

Democracia e revolução no pensamento de Marx e Engels (1847-1850)

Resumo: Utilizado pela primeira vez por Karl Marx em *A questão judaica* (1843) o conceito de revolução permanente indicava o caráter ininterrupto da mudança política e social na Alemanha. Inspirado nas transformações políticas e sociais ocorridas na França entre 1789 e 1793, o conceito procurava dar conta de uma situação na qual, ao contrário daquela que lhe servia como fonte de inspiração, a emancipação política deveria ser precedida pela emancipação social para se realizar. A relação existente entre democracia e revolução, subjacente a essa problemática, ocupará a atenção de Marx e Engels nos anos imediatamente anteriores às revoluções de 1848 e 1849 na Europa. É a partir da experiência dessas revoluções européias que Karl Marx retomará, em 1851, a idéia de revolução permanente, procurando, através deste conceito descrever a relação existente entre a revolução democrática e a revolução social no processo de transformação social. O objetivo do presente trabalho é discutir o processo de construção de uma crítica marxiana da democracia e o lugar ocupado nessa crítica pelo conceito de revolução permanente.

Palavras-chave: democracia, revolução, revolução permanente

Democracy and permanent revolution in Marx and Engels' thought (1847-1850)

Abstract: Firstly used by Karl Marx in the *Jewish Question* (1843) the concept of permanent revolution indicated the uninterrupted character of the social and political change in Germany. Inspired in the political and social changes which occurred in France between 1789 and 1793, this concept tried to deal with a situation in which, contrarily to that which inspired it, the political emancipation, to be accomplished, should be preceded by the social emancipation. The relationship between democracy and revolution, underlying this issue, will attract Marx and Engels' attention in the years prior to the 1848 and 1849 revolutions in Europe. Based on the experience of these European revolutions Karl Marx will resume, in 1851, the idea of permanent revolution, trying, by means of this concept, to describe the relationship between the democratic and the social revolution in the process of social transformation. The aim of this paper is to debate the process of building a Marxian critique of democracy and the place of the concept of permanent revolution within this critique.

Keywords: democracy, revolution, permanent revolution

É preciso levar a sério a afirmação de Jacques Derrida a respeito da necessidade de “ler, reler e discutir Marx” (DERRIDA, 1994, p. 29). E é preciso fazê-lo porque Marx ainda tem muito a nos dizer. Como relê-lo, é, entretanto, uma questão. As condições para o exercício de uma aproximação crítica de sua obra parecem hoje mais favoráveis do que dantes. O marxismo já foi, é bom lembrar, uma teoria de Estado. Aprisionado em manuais, tratados e enciclopédias permanentemente atualizados com vistas à depuração daqueles que caíam em desgraça ou à supressão de idéias que se tornavam incômodas, o marxismo foi utilizado como justificação teórica do domínio da burocracia stalinista. Perdeu, com isso muito de sua capacidade crítica e de seu próprio potencial explicativo e converteu-se em uma “interpretação do mundo”, um sistema fechado imune a novos problemas (ver VINCENT, 1973, p. 15-16).

O colapso da União Soviética e a falência dos partidos comunistas que lhe davam suporte em todo o mundo foi também a derrocada desse marxismo. Sem o apoio de um aparelho estatal, esse marxismo é hoje uma ruína visitada pela pesquisa histórica, um monumento que testemunha aquilo que deve ser evitado por uma teoria da emancipação. Foi trabalhando sobre essas ruínas que uma nova geração de pesquisadores críticos começou a promover uma importante revalorização teórica da obra de Marx. Não se trata mais de encontrar o verdadeiro Marx para contrapô-lo a interpretações consideradas equivocadas ou desviantes. Trata-se de reencontrar na obra de Marx as múltiplas possibilidades para uma pesquisa crítica e criativa sobre a sociedade capitalista e sua superação. Essa multiplicidade é decorrente das próprias condições de composição da

obra, de seu caráter multifacético e pluritemático, de sua diversidade material, de seu volume e de sua extensão no tempo. Mas é, também, decorrente das tensões constitutivas de um pensamento que toma, arriscadamente, a história como seu objeto expressando no interior da teoria as contradições do próprio tempo.

Este reencontro múltiplo com as possibilidades da crítica exige revelar de modo paciente e metucioso essas tensões. Identificá-las no interior dos diferentes momentos da obra de Marx é reconstruir o modo como o movimento dos conceitos se inscreve no movimento da história. O objetivo deste artigo é revelar as tensões presentes nos conceitos de democracia e revolução reconstruindo o movimento desses conceitos em um período extremamente rico da produção teórica de Marx e Engels.

De Kreuznach a Paris: itinerário de uma formação

Em janeiro de 1843 uma reunião do conselho de ministros da Prússia, que contou com a presença do próprio rei, suprimiu a *Rheinische Zeitung*, jornal ao qual Marx dedicava seus esforços. Poucos meses depois, ele partiu para Bad Kreuznach, onde a família de sua esposa, Jenny Marx, possuía uma casa de verão. Em Kreuznach, Marx teve a oportunidade não só de levar a cabo a crítica da filosofia do direito de Hegel,¹ bem como de refletir sobre a

¹ É Shlomo Avineri (1968) quem identifica pela primeira vez, de maneira consistente, o texto que resulta dessa atividade crítica *Zur Kritik der Hegelschen Rechtsphilosophie* como o ponto no qual a adesão de Marx ao comunismo ocorre. Antes de Avineri, tal adesão é datada em 1844 e localizada espacialmente em Paris, para onde Marx irá no final de 1843 e participará da redação dos *Deutsch-Französische Jahrbücher*, juntamente com Arnold Ruge. Para Nicolaievski e Maenchen-Helfen, “os *Deutsch-Französische Jahrbücher* são o último produto do jovem-hegelianismo não só porque depois de sua publicação os jovens-hegelianos não levantaram mais a voz, como também porque não tinham mais o que dizer. O jovem-hegelianismo se converte no comunismo” (AVINERI, 1973, p. 96). Sobre o conceito de crítica na *Zur Kritik der Hegelschen Rechtsphilosophie* ver Bianchi (2006).

situação política alemã e européia. Sua reflexão durante o período que ali passou e as idéias avançadas na *Zur Kritik der Hegelschen Rechtsphilosophie* (*Crítica da “Filosofia do Direito” de Hegel*), tomaram corpo e contornos definidos em alguns textos mais conhecidos, publicados alguns meses depois, já em Paris: *Zur Judenfrage* (*A questão judaica*) e *Zur Kritik der Hegelschen Rechtsphilosophie. Einleitung* (*Crítica da filosofia do direito de Hegel. Introdução*), publicados em fevereiro de 1844 nos *Deutsch-Französische Jahrbücher*; e as *Kritische Randglossen zu dem Artikel “Der König von Preußen und die Sozialreform. Von einem Preußen”* (*Glosas críticas ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social. Por um prussiano”*), que veio à luz no *Vorwärts!*, em agosto do mesmo ano.

Nesse conjunto de textos, o jovem Marx afirma a inutilidade e a inviabilidade da revolução política e democrática. A questão política central neles é a da relação existente entre a emancipação política e a emancipação humana, entre a revolução política e a revolução social. O argumento de Marx encontra lugar na idéia, avançada nos *Deutsch-Französische Jahrbücher*, de que, na Alemanha, a emancipação política não poderia ser levada a cabo se não fosse precedida pela emancipação humana:

na França, a emancipação parcial é o fundamento da emancipação universal. Na Alemanha, a emancipação universal é a *conditio sine qua non* de toda emancipação parcial. Na França é a realidade da libertação gradual, na Alemanha sua impossibilidade, a que tem que engendrar a liberdade total. (cw, v. 3, p. 186).²

² Os textos de Marx e Engels são citados ao longo deste artigo sempre a partir da edição estadunidense de suas obras intitulada *Collected works* (cf. MARX e ENGELS, 1975-2001). Por razões de comodidade e para facilitar a leitura esta edição é citada sempre como cw, seguido do número do volume e da página.

O que sustentava essa afirmação era a percepção da incapacidade política da burguesia alemã. Uma incapacidade que era, também, uma incapacidade econômica. Ao contrário de outros países da Europa, a Alemanha havia vivido a contemporaneidade apenas como filosofia. Enquanto na Inglaterra e na França tratava-se de abolir as formas políticas e econômicas do presente, levadas já às últimas conseqüências nesses países, na Alemanha, tratava-se de levar às últimas conseqüências essas mesmas formas (*Idem*, p. 178-179).

Repetidas vezes Marx e Engels voltariam a essas comparações. Perquirindo as diversas formas que o desenvolvimento econômico, político e filosófico assumia em diferentes situações construíram uma sutil análise histórica na qual os tempos que caracterizavam a particularidade da vida social nacional reencontravam-se em um cenário europeu e marcavam nesse cenário o ritmo da aceleração e da desaceleração da revolução. A revolta dos tecelões da Silésia, em 1844, foi o momento de um desses reencontros. Para a Alemanha tratava-se da emergência da questão operária, um entroncamento histórico a partir do qual passava a partilhar o tempo de sua Europa.

A experiência da revolta operária na Silésia foi para Marx também uma confirmação da não-contemporaneidade da burguesia alemã com o seu próprio presente e de sua incapacidade para cumprir um papel social e político semelhante àquele que suas congêneres inglesa e francesa haviam à seu tempo assumido. Nas *Kritische Randglossen* escrito depois da revolta, a crítica de Marx assume formas mais explícitas:

É preciso dizer que a Alemanha revela tanta vocação *clássica* pela revolução *social* como incapacidade para a revolução *política*. Pois, assim como a impotência da burguesia alemã é a impotência *política* da Alemanha, a capacidade do proletariado alemão – ainda que prescindindo da teoria alemã – é a disposição social da Alemanha (*Idem*, p. 202).

A revolução política poderia ter como protagonista uma classe que a partir de sua situação particular fosse capaz de promover uma emancipação geral da sociedade, libertando-a da situação de opressão anterior e inaugurando uma nova. Na França, a burguesia foi a classe que conseguiu se alçar à condição de *representante geral da sociedade* e assumir o lugar de classe libertadora por excelência, negando a opressão do clero e da nobreza e instituindo sua dominação particular. Mas esse não é o caso da Alemanha. Ali não existia nenhuma classe especial que possuísse “a coerência, o rigor, a coragem, a intransigência que poderiam convertê-la em representante negativa de toda a sociedade” (*Idem*, p. 201).

A incapacidade da burguesia permitia a afirmação do proletariado como potência histórica, ou seja, como agente social da mudança histórica. Potência universal é preciso dizer, na medida em que representa o movimento geral da sociedade, representação que na França coube à burguesia. O lugar ocupado pelo proletariado na emancipação é, entretanto, segundo Marx, diferente daquele da burguesia. Pois, ao contrário desta, o proletariado resolve a tensão existente entre o particularismo e a universalidade, na medida em que sua emancipação é não apenas o fim de uma situação de opressão, mas o fim de toda opressão. Sua emancipação é a emancipação de toda a sociedade (cf. AVINERI, 1968, cap. 2). Escreve Marx:

Onde reside, pois, a possibilidade *positiva* da emancipação alemã. *Resposta*: na formação de uma classe amarrada por *correntes radicais*, de uma classe da sociedade civil que não seja mais uma classe da sociedade civil; de um estrato que seja a dissolução de todos os estratos; de uma esfera à qual seus sofrimentos universais imprimem um caráter universal e que não reivindica para si nenhum *direito particular*, porque contra si não é exercida nenhuma *injustiça particular*, e sim a *injustiça pura e simples*, que já não pode apelar a um título *histórico*, e sim simplesmente ao título *humano*; que não se encontra em nenhum tipo de contraste unilateral com as conseqüências e sim em contraste

universal com todas as premissas do sistema político alemão, de uma esfera, por último, que não pode emancipar-se a si própria sem emancipar-se de todas as demais esferas da sociedade e, ao mesmo tempo emancipa-as a todas; que representa, em uma palavra, a *perda total* do homem, razão pela qual só pode ganhar-se a si própria através da *recuperação completa do homem*. Essa dissolução total da sociedade enquanto estrato particular é o *proletariado* (cw, v. 3, p. 202-203).

Na *Einleitung* eram explicitadas a atualidade e a antecedência históricas da revolução social. Era esta a que podia levar a cabo a emancipação real do gênero humano. A revolução política e a emancipação que ela poderia acarretar eram assim deslocadas no âmbito da teoria. Mas esse deslocamento no âmbito da teoria não era senão a tradução de um deslocamento histórico. A emancipação política era na Alemanha inviável porque esta não encontrava o sujeito capaz de realizá-la: “Não se pode realizar uma revolução burguesa com uma burguesia que não é revolucionária” (LÖWY, 2002, p. 100). Na Alemanha, aquilo que a emancipação política havia representado para a Inglaterra e para a França exigia, para sua realização, uma revolução social. O proletariado era, para Marx, o novo sujeito dessa revolução. Somente este em seu movimento poderia expressar o universal e era apenas ele quem poderia, ao emancipar-se, emancipar todo o gênero humano.

Löwy (2002, p. 99) destaca que foi apenas na segunda parte da *Einleitung*, redigida em Paris, que este novo sujeito social apareceu. Foi nas buliçosas ruas da capital francesa que Marx encontrou o proletariado e foi em seu gabinete parisiense que este ocupou pela primeira vez lugar no texto marxiano. A filosofia alemã encontrava, assim, aquele sujeito social que poderia permitir seu encontro com a economia e a política de sua época. Esse sujeito não era mais a “humanidade sofredora” dos escritos de 1843 (ver BIANCHI, 2006, p. 55-56), nem a “massa” ou o “povo” ao qual é feita referência na primeira parte da *Einleitung*. O novo sujeito ganha agora

uma feição nítida, torna-se um universal concreto, um sujeito que tem seu lugar na própria história.

Os elementos para pensarmos uma teoria da revolução permanente já se encontram presentes nesse texto, mas foi em *Zur Judenfrage* que a idéia de revolução permanente foi explicitada:

“Nos momentos nos quais prevalece o seu sentimento de si, a vida política tenta sufocar seu pressuposto – a sociedade civil e seus elementos – e se constituir como vida real e não contraditória do homem como gênero. Mas só o consegue através de uma *violenta* contradição com suas próprias condições de vida, apenas declarando *permanente* a revolução” (cw, v. 3, p. 156).

O destino dessa fórmula será bastante acidentado e, para os propósitos deste artigo, é importante assinalar sua trajetória no pensamento de Marx, mas também no de Engels. A marxologia contemporânea interpretou diversas vezes essa fórmula a partir das injunções da política contemporânea, ao mesmo tempo em que reivindicava a neutralidade axiológica de sua interpretação. A abordagem aqui adotada não reivindica para si essa pretensa neutralidade política, mas procura realizar uma leitura genético-diacrônica que permita interpretar as transformações pelas quais essa fórmula passou no interior de uma obra que é parte da história de sua época.

A democracia como movimento e princípio

É sabido que Marx e Engels tiveram seu encontro decisivo em Paris, na verdade o segundo, no mês de agosto de 1844 e que desse encontro nasceu uma prolongada colaboração. As trajetórias de vida de ambos são diferentes, muito embora paralelas em vários sentidos. No mesmo ano em que Marx se aproximava da economia política em seus escritos sobre a lei referente ao roubo de lenha na

Rheinische Zeitung, Engels refletia sobre a teoria econômica inglesa para redigir seu *Umrisse zu einer Kritik der Nationalökonomie* (*Esboço de crítica à economia política*). Mas a adesão de Engels ao comunismo datava de 1842, um ou dois anos antes, portanto, à de Marx. Assim como seu amigo, Engels havia chegado ao comunismo por meio da filosofia, mas ao contrário dele possuía, na Inglaterra, um estreito contato com a “classe universal”. E já em 1843, havia se aproximado, em Leeds, do diretor do jornal “cartista” *The Northern Star*, George Julian Harney.³

A relação com o cartismo inglês marcou profundamente Marx e Engels, mas fez notar seus efeitos no último com maior intensidade. Particularmente o uso que ele faz do vocábulo “democracia” é fortemente influenciado pelo significado que o cartismo e, principalmente sua ala esquerda, lhe atribuíam. Em 1837, Harney havia fundado, juntamente com James Bronterre O’Brien, a *East London Democratic Association*, em oposição a mais moderada *Working Man Association* de William Lovett e em 1845 o mesmo Harney criou o *Fraternal Democrats*, uma associação européia da qual a Liga dos Justos fazia parte. Para a ala esquerda do cartismo, o termo Democracia, freqüentemente registrado com maiúscula, servia para designar, de modo bastante vago, o movimento do povo, ou, até mesmo, o próprio povo.

É com este sentido que ele aparecerá nos escritos políticos de Engels desse período. Desde pelo menos 1846, ele estabelecia uma identidade entre democracia e comunismo que não era possível encontrar de modo tão claro em Marx. Tal identidade aparecia de

³ O movimento cartista devia seu nome ao *People’s Charter*, documento publicado em 8 de maio de 1838 contendo um programa de seis pontos que constituíam um projeto de lei para o parlamento. Tal programa consistia em: 1) sufrágio universal masculino para os maiores de 21 anos; 2) eleições parlamentares anuais; 3) voto secreto; 4) circunscrições eleitorais iguais; 5) abolição do censo patrimonial para os candidatos ao parlamento; 6) remuneração para os parlamentares.

modo explícito, por exemplo, no artigo de Engels a respeito da festa das nações em Londres. Nele, o comunismo francês e o cartismo inglês eram definidos como desenvolvimentos históricos da *democracia moderna* nascida na Revolução Francesa de 1789. Segundo Engels, a Revolução Francesa não foi apenas uma luta em nome de tal ou qual forma política. A democracia moderna era o resultado da ação de um partido que se apoiava no proletariado e, por essa razão, era mais do que um modo de organização político. Ela foi, acima de tudo, um movimento social depois do qual “toda democracia puramente política tornou-se um completo absurdo” (cw, v. 6, p. 5). A conspiração de Babeuf feita em nome da igualdade revelava as consequências últimas da democracia de 1793. Afirmava Engels então:

*A democracia é, atualmente, o comunismo. (...) A democracia se converteu em um princípio proletário, em um princípio de massas. Pode ser que as massas não tenham uma consciência muito clara sobre esse significado, o único adequado, da palavra democracia, mas todas abrigam, pelo menos, a vaga intuição de que a democracia reside na legitimidade da igualdade social. No cálculo das forças comunistas de luta podemos incluir tranqüilamente, as massas democráticas. E quando se reúnem os partidos proletários de diversas nações, têm toda razão em inscrever em sua bandeira a palavra ‘democracia’, pois, excetuando os que não se contam, no ano de 1846 todos os democratas europeus são, mais ou menos, claramente comunistas (*Idem*).*

Conforme o argumento de Engels, na medida em que a realização da igualdade política exigia como pressuposto a igualdade social, estabelecia-se a identidade entre a democracia e o comunismo. A referência, entretanto, não era feita à democracia como forma institucional. Engels não estabelecia uma identidade entre o comunismo e a forma institucional que a democracia veio a adquirir a partir da segunda metade do século XIX, a democracia liberal-representativa (ver LÖWY, p. 80, 198-199; DRAPER, 1978, v.

I, p. 84-85 e v. II, p. 176-177). A identidade estabelecida era aquela que pode existir entre o princípio comunista da igualdade e o princípio democrático da igualdade e entre o comunismo como movimento social e a democracia como movimento social.

Essa identidade encontra seus precedentes nas idéias neobabouvistas que se difundiam na França no começo da década de 1840. Em seu *Dialogue sur la reforme électorale, entre un communiste, un réformiste, un doctrinaire, un legistimiste*, Théodore Dezamy, afirma que para os “verdadeiros democratas a lei anterior e superior de toda ordem política (...) é a igualdade real, é a comunidade social e política” (DEZAMYV, 1841, p. 3). Na escolha dos participantes do diálogo chama a atenção a ausência de um democrata “puro”. Cabia ao comunista a defesa de uma democracia verdadeira perante as vacilações ou mesmo a oposição de seus interlocutores. O ideário da conspiração dos iguais desenvolveu-se afirmando um igualitarismo radical ao mesmo tempo social e político e, com decorrência, uma identidade entre os princípios democrático e comunista. É a essa tradição política que Marx faz referência em seu artigo de crítica a Karl Heinzen publicado na *Deutsche-Brüsseler-Zeitung*, em 11 de novembro de 1847:

A primeira aparição de um partido comunista realmente ativo ocorreu no seio da revolução burguesa, no momento em que foi eliminada a monarquia constitucional. Os *republicanos* mais coerentes – os *niveladores* na Inglaterra e na França Babeuf, Buonarrotti, etc. – foram os primeiros a proclamar essa ‘questão social’. A ‘conjuração de Babeuf’, escrita pelo seu amigo e companheiro de partido Buonarrotti, mostra como estes republicanos tomaram do ‘movimento’ histórico a noção de que eliminando a questão social da *monarquia* e *república* não se resolve nenhuma ‘questão social’ no sentido do proletariado (cw, v. 6, p. 320-321).

Desse modo era explicitada a identidade entre o comunismo e a “verdadeira democracia” que alguns comentadores pensam en-

contrar já em *Zur Kritik der Hegelschen Rechtsphilosophie*, escrito por Marx em 1843 (cf. AVINERI, 1968, p. 34). Mas as referências que Marx e Engels fazem aos niveladores, a Babeuf e Buonarrotti, já indicam que essa identidade era estendida para além do princípio constitutivo da igualdade e abarcava o próprio movimento social. A identidade assim constituída tinha efeitos práticos para a própria ação política imediata afirmando a unidade entre os partidários da democracia e os partidários do comunismo. A organização política que Marx e Engels criaram em Bruxelas apresentava-se, por essa razão, como uma organização dos “comunistas democráticos”.

A identificação entre a democracia e o comunismo implicava também uma necessária distinção dos liberais e do liberalismo. Em artigo publicado no jornal *The Northern Star*, em abril de 1846, a respeito da situação política alemã, Engels procede a essa distinção. A burguesia, afirmava na ocasião, devia seu poder exclusivamente ao dinheiro, de tal modo que deveria fazer deste o único critério para a capacidade legislativa de um indivíduo. Por essa razão, ela dissolveu todos os privilégios feudais, reconheceu a igualdade como princípio, fez do princípio eleitoral a base do governo e garantiu a liberdade de imprensa. O domínio político da burguesia, afirmava Engels, “se manifesta, por isso, de forma essencialmente *liberal*. (...) Até aqui eles aparecem sempre como democráticos.” (cw, v. 6, p. 28.)

Mas as reformas implementadas apenas substituíam os privilégios anteriores pelos privilégios do dinheiro. O princípio eleitoral era acompanhado pelo voto censitário; a liberdade era reduzida à liberdade “perante a lei” nas condições de “desigualdade existente” e o fim da censura transformava-se em um privilégio daqueles que tinham dinheiro para vender e comprar o papel impresso. Os novos particularismos gerados por essas reformas não impediam, entretanto, afirmava Engels, que a burguesia contasse com o apoio dos trabalhadores na luta contra o absolutismo:

em todos os países, no período de 1815 a 1830, o movimento essencialmente democrático da classe trabalhadora foi mais ou menos subordinado ao movimento liberal dos burgueses. O povo trabalhador, embora mais avançado do que a burguesia, não conseguiu ainda ver a diferença completa entre liberalismo e democracia, entre emancipação da classe burguesa e emancipação das classes trabalhadoras, não podia ver a diferença entre a liberdade do *dinheiro* e a liberdade do *homem* (cw, v. 6, p. 29).

Tal distinção era partilhada por Marx, como revelado em carta enviada juntamente com Engels e Philippe Gigot, saudando a vitória eleitoral obtida pelo líder dos cartistas Fergus O'Connor nas eleições de Nottingham, na qual era afirmado o “contraste entre a democracia da classe trabalhadora e o liberalismo da burguesia” (cw, v. 6, p. 59). Mas o artigo de Engels ia além dessa distinção, na medida em que ele identifica a democracia com a “emancipação das classes trabalhadoras, (...) a liberdade do *homem*.”

A democracia como sufrágio universal e realização da soberania popular

A unidade, senão a própria identidade entre os movimentos democrático e comunista era marcada por uma confluência programática. O que garantia essa unidade era a reivindicação dos cartistas ingleses: o sufrágio universal. Nesse momento, Marx e Engels compreendem a democracia e o sufrágio universal como a realização da soberania popular e da supremacia da classe trabalhadora. Nesse sentido, o sufrágio universal é o primeiro ato do comunismo e da dissolução do Estado político. Tal sentido se revela no programa de pesquisa crítica sobre o Estado e a política, escrito por Marx em 1845. O programa é uma lista de pontos a desenvolver e não mais do que isso, registrados em um de seus cadernos de apontamentos. No

último desses pontos, escreveu: “9”. O *sufrágio*, a luta pela *superação* do Estado e da sociedade civil-burguesa” (cw, v. 4, p. 666).

Note-se, a respeito o sufrágio universal encontrava-se associado à “luta pela *superação* do Estado e da sociedade civil”, do mesmo modo que em *Zur Kritik der Hegelschen Rechtsphilosophie*. Sobre este ponto é importante destacar que o sufrágio universal não era a superação do Estado e da sociedade civil, mas um momento da luta pela superação. Desse modo, seria possível pensar a democracia como uma premissa do comunismo e não o comunismo em si. Não se trata, entretanto, de uma simples relação de meios e fins, uma vez que a realização do comunismo parece exigir, nessa simples enumeração, o sufrágio.

Não há, entretanto, pelo menos nesse texto, nada que indique um esvaziamento por Marx do conteúdo social da democracia e a redução desta a uma forma institucional do Estado ou à realização da mera emancipação política. Eis porque a luta pela superação do Estado encontra-se vinculada à luta pela superação da sociedade civil-burguesa. Outra parece ser, entretanto, a interpretação de Engels no projeto de programa que viria a ser discutido no 1º Congresso da Liga dos Comunistas. Redigido sob a forma de perguntas e respostas, esse esboço esclarecia: “A primeira condição fundamental para introduzir a comunidade de bens é a liberação política do proletariado mediante uma constituição democrática do Estado” (cw, v. 6, p. 102).

Ao contrário do que Marx havia afirmado em 1844, nos *Deutsch-Französische Jahrbücher* a emancipação política era entendida, agora, como o pressuposto da emancipação social. Aquela que era a idéia central que sustentava a afirmação da permanência da revolução em 1844 – a antecedência da emancipação social sobre a política – parecia, então, ser deixada de lado. A ativação de um movimento democrático na Alemanha marca esse novo deslocamento. De fato, em toda a Europa, mas também na França, a agitação política tornava-se evidente no ano de 1847.

A ativação da oposição na Alemanha seguia um caminho próprio e precisava ser distinguida daquela que tinha lugar na França. Marx e Engels opuseram-se, por essa razão, aos *verdadeiros socialistas*, que transplantando de modo mecânico o discurso político dos comunistas franceses para um contexto social e político muito diferente recusavam-se a integrar um movimento unificado contra o *status quo* e por uma profunda reforma política (cf. cw, v. 6, p. 75-77). E argumentaram a respeito da importância que a luta pela emancipação política assumia no contexto alemão.

A segunda versão do ante-projeto de programa da Liga dos Comunistas, intitulada *Grundsätze des Kommunismus (Princípios do comunismo)* redigida novamente por Engels, avançava por esse novo caminho insistindo no deslocamento da revolução social já evidenciado. Procurava, entretanto, explicitar as diferenças nacionais existentes:

Primeiramente a revolução do proletariado instaurará uma *constituição democrática*, e com isso o domínio político direto ou indireto do proletariado. Direto na Inglaterra, onde os proletários já constituem a maioria do povo. Indireto na França e na Alemanha, onde a maioria do povo é constituída não apenas dos proletários, como também dos pequenos camponeses e de pequenos burgueses (cw, v. 6, p. 350).

A democracia era compreendida como um meio para obter medidas posteriores, responsáveis, estas sim, pela supressão da propriedade privada e pela emancipação social. A democracia enunciada nesse texto era uma premissa do comunismo. Em um país como a Alemanha uma “constituição democrática” simplificaria o conflito de classe e tornaria transparente o antagonismo que opunha burguesia e proletariado. A democracia era, assim, um meio para a luta proletária. Mas esse parece não ser o único sentido possível, uma vez que para o caso da Inglaterra, a democracia, a soberania do povo, coincidiria com o “domínio político direto” do proletariado.

Como “domínio político direto” do proletariado a democracia era concebida não apenas como um meio necessário para o comunismo mas como a própria transição para tal. Essa idéia foi desenvolvida por Engels no número de 7 de outubro de 1847, da *Deutsche-Brüsseler-Zeitung*. Replicando às críticas dirigidas por Karl Heinzen contra os comunistas de Bruxelas, Engels esclarecia a relação, que deveria ocorrer entre a emancipação política e a emancipação social:

Os próprios comunistas, longe de entabular, nas condições atuais, disputas ociosas com os democratas, atuam, no momento como democratas em todas as questões práticas de partido. Em todos os países civilizados a democracia conduz, como consequência necessária, à hegemonia política do proletariado e a hegemonia política do proletariado é a primeira premissa de todas as medidas comunistas. Enquanto não tiver sido conquistada a democracia, comunistas e democratas lutarão, pois, juntos e os interesses dos democratas serão também os dos comunistas. Enquanto isso, as diferenças entre ambos partidos serão puramente teóricas e poderão ser discutidas abertamente, sem que isso perturbe de algum modo, a ação comum. E inclusive, será possível colocar-se de acordo sobre algumas medidas que deverão adotar-se imediatamente depois de conquistar a democracia, no interesse das classes até então oprimidas, tais como a exploração da grande indústria e das ferrovias pelo Estado, a educação de todas as crianças promovida pelo Estado, etc. (cw, v. 6, p. 299).

Como é sabido, a versão definitiva do programa da Liga dos Comunistas foi escrita em sua totalidade por Marx no começo de 1848, tomando como base os *Grundsätze des Kommunismus* engelsianos e recebeu o nome de *Manifest der Kommunistischen Partei* (*Manifesto do partido comunista*).⁴ Tal versão constituía-se

⁴ Sobre as revoluções de 1848 e o *Manifest der Kommunistischen Partei*, ver Bianchi (1998 e 1999).

em um programa, ao mesmo tempo teórico e prático, tal qual havia sido encomendado a seus autores pelo congresso da Liga. Escrito com o propósito de influenciar o processo revolucionário que se gestava em toda a Europa, o programa explicitava não apenas as bases programáticas gerais dos comunistas, como, também, afirmava diretrizes de ação particulares para alguns países.

A influência do texto de Engels nota-se em diversos momentos e, principalmente naquele no qual era discutida a revolução e o programa dos comunistas. Mas há algumas alterações sutis de grande importância. Assim, ao invés de definir como primeiro passo da revolução a instauração de uma “*constituição democrática*” o *Manifesto* afirma que “o primeiro passo da revolução operária será a elevação do proletariado à condição de classe dominante, a conquista da Democracia [*der erste Schritt in der Arbeiterrevolution die Erhebung des Proletariats zur herrschenden Klasse, die Erkämpfung der Demokratie ist*]” (cw, v. 6, p. 504).⁵ A eliminação da palavra “constituição” parece reconduzir o texto do *Manifesto* a um conceito de democracia que denotava uma condição de igualdade política e social como fundamento de um Estado representativo

⁵ A versão aqui utilizada do texto encontra-se baseada na edição inglesa de 1888, supervisionada por Engels. A solução dada para a passagem final “vencer a batalha da democracia [*to win the battle of democracy*]” não é plenamente satisfatória, muito embora aproxime o texto de um slogan da ala esquerda do movimento cartista. Na apresentação do primeiro número de sua *Democratic Review*, o líder cartista George Julian Harney, afirma ser um dos objetivos da revista “A batalha da Democracia contra a Usurpação de Classe [*The battle of Democracy against Class Usurpation*]” (HARNEY, 1849, p. 5). A versão padrão do *Manifesto* para o português costuma registrar “a conquista da democracia”. Draper argumenta que a versão francesa de 1886, feita por Laura Lafargue com a supervisão de Engels, é a que mais se aproxima do significado pretendido pelos seus autores: “a conquista do poder político pela democracia [*la conquête du pouvoir politique par la démocratie*]” (*Apud* DRAPER, 1978, v. II, p. 197). Para dar conta da ambigüidade da frase na qual o sentido tanto pode o de uma “a conquista da democracia” quanto o de uma “conquista pela democracia”, ou seja, pelo movimento democrático, optamos pela versão padrão em português colocando “Democracia” em maiúscula.

democrático distinto de um Estado constitucional representativo no qual o fundamento é uma constituição.⁶

A idéia, entretanto, de que a conquista da democracia não seria equivalente ao próprio comunismo é mantida no *Manifest*. A democracia, ou seja, a supremacia política das classes trabalhadoras permitiria “intervenções despóticas” no direito de propriedade e a expropriação de todo capital de modo a concentrar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, “do proletariado organizado como classe dominante” (cw, v. 6, p. 504). Para Marx e Engels para chegar a essa concentração seria necessário percorrer um longo caminho. Um conjunto de dez medidas que poderiam ser aplicadas nos “países mais avançados” indicava a direção desse caminho: expropriação da propriedade fundiária, impostos progressivos, abolição do direito de herança e monopólio estatal do crédito e dos transportes são algumas dessas medidas.

Não se tratava, entretanto, de um conjunto de medidas de aplicação universal. A ressalva feita sobre sua aplicação aos “países mais avançados” já indicava isso. As *Forderungen der Kommunistischen Partei in Deutschland (Reivindicações do Partido Comunista na Alemanha)* reforçam essa idéia, consistindo em uma tradução daquelas reivindicações para o caso particular de um país que não poderia ser considerado política ou socialmente “avançado”. As reivindicações reproduzem, em grande medida aquelas contidas no *Manifest*, mas o tom é sensivelmente mais moderado. Ao invés de propor a abolição do direito de herança, por exemplo, reivindicam a “limitação do direito de sucessão”. Mas as principais diferenças residem no maior peso que adquiriam as demandas democráticas: as *Forderungen* iniciavam declarando a Alemanha uma “república

⁶ Parece ser fundamental para a compreensão dessa passagem do *Manifest* a distinção desta dos *Grundsätze* engelsianos. Não é esse o procedimento de Texier (1998, p. 44-45) o que o conduz a uma interpretação unilateral do *Manifest*.

uma e indivisível” e o direito de todo alemão maior de 21 anos “votar e ser eleito” (cw. v. 7, p. 3).

As diferenças existentes entre o programa do *Manifest* e as *Forderungen* são tributárias da leitura que Marx e Engels faziam das possibilidades da revolução em solo alemão. A ativação de uma oposição liberal na Alemanha era visível a partir de meados da década de 1840. Esse deslocamento político das frações da burguesia alemã não deixou de ter conseqüências teóricas. Com o anúncio de uma constituição para a Prússia, Engels considerava que era sinalizada a queda do absolutismo e da nobreza e o início de um movimento que logo poderia conquistar “uma constituição representativa para a burguesia, a liberdade de imprensa, a independência do judiciário e júri popular.” (cw, v. 6, p. 71.) Tal situação seria a “repetição de 1789 na Prússia” (*Idem*). A repetição de 1789 não era confundida, entretanto, com a realização da democracia. Segundo Engels,

Embora o movimento democrático que ora começa interesse diretamente apenas à burguesia, ele não é indiferente aos interesses do povo. No momento no qual o poder da burguesia é constituído começa o movimento democrático separado e bem definido. Na luta contra o despotismo e a aristocracia, o povo, o partido democrático, não pode ter senão um papel secundário; o primeiro posto pertence à burguesia. Mas a partir do momento no qual a burguesia estabelece seu próprio governo, identificando-se com um novo despotismo e uma nova aristocracia contra o povo, a democracia se apresenta como o único, exclusivo partido do movimento (cw, v. 6, p. 71).

A analogia com a situação francesa era repetida por Engels em sua análise sobre o *status quo* na Alemanha, escrita em março-abril de 1847, demarcando a distinção que deveria ser feita entre os dois países. Na França, como resultado das revoluções do século XVIII e XIX, a burguesia exercia um completo domínio, de modo que os ataques do proletariado francês à burguesia eram ataques contra

a classe dominante e, por essa razão, eram “decisivamente revolucionários” (CW, v. 6, p. 76.). A situação na Alemanha, entretanto, era outra, segundo Engels: “Na Alemanha a burguesia não apenas não está no poder como é, além disso, a inimiga mais perigosa dos governos existentes” (CW, v. 6, p. 76).

Essa apreciação a respeito da posição política da burguesia alemã não era exclusiva de Engels. Ela aparecia, embora de modo mitigado, no *Manifest der Kommunistischen Partei*. Marx esclarece nesse texto que dada a iminência de uma revolução burguesa em uma situação na qual o desenvolvimento do proletariado era muito superior à Inglaterra do século XVII e à França do século XVIII os comunistas deveriam prestar especial atenção ao desenvolvimento político desse país. A excepcionalidade desse desenvolvimento exigia que na Alemanha o partido comunista lutasse conjuntamente com a burguesia “sempre que esta adotar uma posição revolucionária contra a monarquia absoluta, contra a propriedade fundiária feudal e a pequena burguesia” (CW, v. 6, p. 519). Mas vitória da revolução burguesa não era, senão, a conquista do poder político pela burguesia, e, por essa razão, não era “elevação do proletariado à condição de classe dominante, a conquista da Democracia”. A revolução burguesa não era, desse modo, uma revolução democrática.⁷

⁷ Em uma carta dirigida ao Comitê de Correspondência Comunista em Bruxelas, Engels esclarece o sentido da expressão “revolução democrática”: “defini os objetivos dos Comunistas deste modo: 1) realizar os interesses do proletariado em oposição àqueles da burguesia; 2) fazer isso por meio da abolição da propriedade privada e sua substituição por uma comunidade de bens; 3) não reconhecer outro meio de atingir esses objetivos que uma violenta revolução democrática.” (CW, v. 38, p. 82.) Parece evidente que Engels não está fazendo referência a uma revolução democrático-burguesa e sim a uma revolução democrático-proletária.

Autonomia comunista e independência de classe

Marx e Engels chegaram a Colônia no dia 10 de abril, menos de um mês depois da revolução eclodir em Berlim, onde ajudaram a construir uma Sociedade Democrática. Pouco depois, em primeiro de junho, vinha à luz a *Neue Rheinische Zeitung*, um *órgão da democracia*, como anunciava seu subtítulo. O jornal foi publicado até 19 de maio de 1849, quando foi fechado pelas autoridades. Marx e Engels escreveram um grande número de artigos respondendo aos acontecimentos políticos da véspera. A forma jornalística do texto e sua prosa vigorosa não ocultam, entretanto, alcance, rigor e desenvolvimento de uma teoria da revolução que tem aí sua sede (ver TEXIER, 1998, p. 17).

É nesses artigos que se torna possível identificar os primeiros deslocamentos teóricos importantes na reflexão de Marx e Engels a respeito da democracia. Tais deslocamentos só podem ser compreendidos de modo adequado confrontando o movimento dos conceitos com o movimento da história. Como visto acima, o conceito de democracia desenvolvido por Marx e Engels não era unívoco. O termo assumia conotações diferentes em contextos diferentes, podendo significar ora um movimento social, ora o sujeito deste, ora o sufrágio universal, ora as conseqüências deste. As diferentes conotações podem ser atribuídas ao desenvolvimento escasso de uma teoria crítica da democracia por parte de Marx e Engels. Mas são o resultado, também, das contradições imanentes ao desenvolvimento político das classes trabalhadoras na primeira metade do século XIX.

De ponto de vista da ação política o que unificava esses múltiplos significados era a afirmação feita por Engels de que a “democracia é, atualmente, o comunismo” ou pelo menos de que os “comunistas (...) atuam, no momento, como democratas”. Esta identidade, que pressupunha a unidade existente entre o movimento democrático e o movimento comunista, cessou de existir em 1848. As revoluções européias que tiveram lugar nesse ano dissolveram essa unidade. Não foi preciso esperar, para tal, a revolução de junho em

Paris. Antes mesmo das diversas frações do movimento democrático se enfrentarem nas ruas de Paris a cisão já estava estabelecida.

Olhando os revolucionários de fevereiro nas ruas da capital francesa, Alexis de Tocqueville dizia-se impressionado com “o caráter popular da Revolução que acabava de ser realizada, caráter que eu não diria principal, mas único e exclusivo. A onipotência que ela havia dado ao povo propriamente dito, ou seja, às classes que trabalham com as mãos, sobre todas as outras” (1991, p. 91). E embora a República não fosse o comunismo, nem representasse o poder da classe operária, ela era, aos olhos das classes trabalhadoras e também da burguesia, a “República social”. Segundo Marx:

O proletariado ao impor a República ao Governo provisório e, através do Governo Provisório, a toda a França, apareceu imediatamente em primeiro plano, como o partido independente, mas, ao mesmo tempo, lançou um desafio a toda França burguesa. O que o proletariado conquistava era o terreno para lutar pela sua emancipação revolucionária, mas, certamente, não a própria emancipação (cw, v. 10, p. 56).

A partir do momento no qual a República foi declarada na França, em fevereiro de 1848, um novo ator aparecia no cenário principal. A autonomia desse sujeito foi, nesse primeiro momento, ação autônoma, foi afirmação de uma ação independente, mas não ainda de uma política independente. Essa ação independente proclamou na França a República com base no sufrágio universal, simplificou os antagonismos sociais e tornou transparente o conflito entre a burguesia e o proletariado.

A própria conquista desse que era um terreno para lutar era percebida, por essa razão, como ameaça. Tocqueville foi, a esse respeito e como sempre, claro, embora exagerasse. A “onipotência” política da classe trabalhadora que havia se manifestado na proclamação da República, definia, para o autor dos *Souvenirs*, o caráter

socialista da revolução de fevereiro: “O socialismo permanecerá como o caráter essencial e a lembrança mais temível da Revolução de Fevereiro. De longe, a república só aparecerá como um meio, não com um fim” (TOCQUEVILLE, 1991, p. 95). Mas aquilo que era um exagero em fevereiro, deixava de sê-lo em junho, com o levante operário, “a primeira grande batalha ocorrida entre as duas classes nas quais se divide a sociedade moderna (cw, v. 10, p. 67). A cisão era, em primeiro lugar, social. Segundo Engels,

a revolução de Junho é a primeira que dividiu realmente toda a sociedade em dois grandes campos inimigos, representados um pelo Leste de Paris e o outro pelo Oeste. Desapareceu a unanimidade da revolução de Fevereiro, aquela poética unanimidade cheia de enganos sedutores e de lindas mentiras, tão dignamente personificadas pelo eloqüente traidor Lamartine. Hoje, a seriedade inexorável da realidade se encarrega de desgarrar todas as ilusórias promessas do 25 de fevereiro. Os combatentes fevereiro lutam uns contra os outros e – o que até então não havia ocorrido – não se conhece a indiferença: todo homem capaz de empunhar as armas toma realmente parte da luta, nas barricadas ou *diante* delas (cw, v. 7, p. 130-131).

O aparecimento desse ator social como sujeito autônomo deu início, entretanto, a uma cisão que se estendeu ao campo democrático. Na Alemanha sequer essa ação autônoma era necessária para a cisão se manifestar. Desde o primeiro momento a burguesia alemã evitou não apenas o princípio da soberania popular como a própria República, preferindo o pacto com a Coroa. Tal moderação se fazia sentir no próprio interior do movimento democrático e na contemporização deste com os partidários da ordem (ver cw, v. 7, p. 27-29). A simples bandeira da República alemã una e indivisível já distinguia a *Neue Rheinische Zeitung* dos partidos democrata-radical e da esquerda da Assembléia de Frankfurt (ver p. ex.: cw, v. 7, p. 48-52).

A melancólica dissolução da Assembléia de Frankfurt havia definido tanto a atitude reacionária da burguesia alemã que preferiu fazer da revolução de março um acontecimento que lhe permitisse empreender o “contrato social entre governo e burguesia”, deslocando a política para o “terreno do direito”, um terreno no qual o título jurídico do povo não existia (cw, v. 8, p. 166). E por essa razão a própria idéia de revolução precisava ser confiscada, como de fato foi pela Assembléia (cw, v. 7, p. 73-86). A burguesia havia feito, assim a transição por meio da revolução, de uma classe que “aparentemente representava o povo nos confrontos com a Coroa” a uma classe que “realmente representava a Coroa nos confrontos com o povo” (cw, v. 8, p. 167).

A cisão com a burguesia era evidente, mas a ruptura não se limitava a esta e atingia o próprio movimento democrático. A partir do final de 1848 Marx aproximou-se das associações dos trabalhadores de Colônia. Primeiro tornou-se presidente provisório da Associação Operária, substituindo o relojoeiro Joseph Moll que teve sua prisão decretada depois da repressão que se sucedeu à insurreição de Frankfurt, em setembro de 1848. E a partir de janeiro estreitou relações com a *Allgemeinen Deutschen Arbeiterverbrüderung* (Fraternidade Geral dos Operários Alemães), dirigida por um ex-membro da Liga dos Comunistas, Stephan Born.

A aproximação de Marx e Engels do jovem movimento operário alemão consolidou-se com a renúncia destes e de seus colaboradores aos postos que ocupavam na Associação Democrática da Renânia. No dia 15 de abril, a *Neue Rheinische Zeitung* publicava uma carta assinada por Marx, Schapper, Annecke, Wolff e Becker na qual expunham o caráter heterogêneo de tal Associação e afirmavam preferível um vínculo mais estreito com as associações operárias. A missiva concluía com a demissão de seus signatários do comitê regional renano das associações democráticas (cw, v. 9, p. 282). Quando encerrou sua curta e atribulada vida, no dia 19 de maio, fechada pelas autoridades, a *Neue Rheinische Zeitung* já não se dirigia mais a seus

leitores como um “órgão da democracia” e sim como defensora da emancipação do proletariado. O editorial no qual o fechamento do jornal era anunciado sequer se dirigia aos democratas, assumindo como seus destinatários “os operários de Colônia” (cw, v. 9, p. 467).

A cisão com o chamado partido democrático também se estendia à França, embora a relação de Marx e Engels com o movimento democrático francês fosse mais complexa. A mudança de atitude com relação ao “partido social-democrata” – Louis Blanc, Ledru-Rollin e os partidários do jornal *La Réforme* – revela o alcance da cisão. Em novembro de 1847 a participação destes nos banquetes favoráveis às reformas eram saudados por Engels (cw, v. 6, p. 385-387). Os mesmos eram denominados por esse autor, um mês depois, de representantes do “partido ultrademocrático”, embora ressalvas fossem feitas a apreciação de Louis Blanc a respeito da política inglesa e do movimento democrático nesse país (cw, v. 6, p. 397-401). A denominação de “ultrademocráticos” seria utilizada novamente em janeiro. Tal denominação é relevante pois é desta maneira que a ala esquerda do cartismo se autodefinia.⁸ E ainda no *Manifest*, seus autores afirmavam apoiar o “partido social-democrata”, reservando-se, entretanto o direito de criticar “a fraseologia e as ilusões derivadas da tradição revolucionária [de 1789]” (cw, v. 6, p. 519).

Mas, na medida em que os choques entre as diferentes classes se tornavam mais intensos na França de 1848, a atitude com relação a tal partido passou a ser outra. Segundo Bernard H. Moss, os primeiros sinais de desentendimento com a social-democracia francesa, evidenciaram-se logo após a chegada de Marx e Engels à Alemanha e as primeiras notícias dos acontecimentos de junho em Paris (MOSS, 1985, p. 543). Em artigo escrito em dezembro do mes-

⁸ Harney em diversos momentos faz referência aos ultrademocratas (p. ex. Harney, 1849b, p. 201). Em carta a Engels em 30 de março de 1846, George Julian Harney escrevia: “ultrademocracy, social as well political, will be the object of our propaganda”. (*Apud* DRAPER, v. I, p. 308.)

mo ano, mas não publicado, Engels abordava o partido socialista-democrático, identificando nele duas frações: a primeira composta pelos porta-vozes, deputados escritores e advogados, seguidos pela pequena-burguesia, era o partido de *La Réforme, la Montagne*; a segunda era composta pelos operários parisienses, que seguiam, ora de modo próximo, ora distante, os primeiros. Desse modo, os partidários de *La Réforme* teriam entrado no governo provisório formado, em fevereiro de 1848, como representantes do proletariado, embora nem todos o fossem (cw, v. 8, p. 124).

A tensão existente entre o proletariado e Paris e o movimento democrático foi analisada por Marx de modo minucioso na série de artigos publicados na *Neue Rheinische Zeitung: Politisch-ökonomische Revue* no ano de 1850.⁹ No estudo levado a cabo por Marx nesses textos, o partido social-democrático representava a unidade de *la Montagne*, os republicanos-democráticos, com os “socialistas doutrinários”, dentre os quais Louis Blanc. O estéril radicalismo verbal de Ledru-Rollin na Assembléia Constituinte, primeiro, e na Assembléia Nacional, depois, unia-se ao estéril radicalismo doutrinário de Louis Blanc e Proudhon. A luta pela emancipação dava lugar, assim, às doutrinas da emancipação (cw, v. 10, p. 97). Como tal, esse partido condensava, também, uma aliança entre os representantes da pequena-burguesia democrática e os representantes do proletariado. A questão da representação é aqui importante e é posta como tal pelo próprio Marx logo nas páginas iniciais do primeiro artigo.¹⁰

⁹ Alguns desses artigos publicados na *Neue Rheinische Zeitung: Politisch-ökonomische Revue* com o título original geral de *1848 bis 1849 (De 1848 a 1849)* foram posteriormente reunidos por Engels e publicados em 1895 com o título *Die Klassenkämpfe in Frankreich 1848 bis 1850 (A luta de classes na França de 1848 a 1850)*.

¹⁰ O governo provisório formado em fevereiro de 1848 era descrito, desse modo, como o resultado “de um compromisso entre as diversas classes” por meio da representação destas: “A sua grande maioria era composta por representantes da burguesia. A pequena-burguesia republicana era representada por Ledru-Rollin e Flocon, a burguesia republicana pelos homens do ‘National’, a oposição dinástica por Crémieux, Dupont de L’Eure, etc. A classe operária tinha apenas dois representantes, Louis Blanc e Albert.” (cw, v. 10, p. 53)

A revolução de junho de 1848 significou, não apenas, a ruptura dessa unidade republicana, como uma cisão na relação entre representantes e representados. Referindo-se às oscilações políticas de um dos líderes da social-democracia francesa, Marc Caussidière, Marx e Engels comentavam em uma resenha publicada na *Neue Rheinische Zeitung: Politisch-ökonomische Revue* em abril de 1850:

Quando os contrastes se exacerbam ele condivide a sorte de seu partido, que não sabe decidir-se e fica no meio do caminho entre os homens do ‘National’ e os proletários revolucionários como Blanqui. Seus montagnards cindem-se; os velhos bambocheurs lhe tomam pela mão e não é mais possível contê-los enquanto a fração revolucionária se alia a Blanqui (cw, v. 10, p. 322).¹¹

Essa mesma caracterização à respeito do deslocamento da representação aparecerá em *Die Klassenkämpfe in Frankreich 1848 bis 1850*. Segundo Marx, a “utopia” e o “socialismo doutrinário”, que até então haviam encarnado a representação das classes trabalhadoras, subordinavam o conjunto do movimento a um de seus aspectos e substituíam a produção coletiva social pela imaginação, que pretende eliminar a “luta revolucionária da classes” (cw, v. 10, p. 127). Tal socialismo havia sido abandonado pelo proletariado de Paris à pequena-burguesia. Em seu lugar havia surgido uma nova corrente, o “socialismo revolucionário”, o “comunismo”, o qual recebia das assustadas classes dominantes o nome da besta-fera: Auguste Blanqui:

(...) esse socialismo é a *declaração da revolução em permanência, a ditadura de classe do proletariado*, como ponto de passagem para a

¹¹ Segundo Bernard H. Moss, Marx e Engels exageraram a divisão existente na social-democracia francesa que seria muito mais potencial do que real (1985, p. 545).

abolição das diferenças de classe em geral, para a abolição de todas as relações de produção na qual elas repousam, pela abolição de toda as relações sociais que correspondem a estas relações de produção, pela subversão de toda as idéias que germinam destas relações sociais. (cw, v. 10, p. 127).

O novo programa político que distinguia essa corrente distinguia-se, assim, claramente do programa que havia caracterizado, até então, a social-democracia. Mas é preciso ler essa passagem com atenção. Pois quem batizava o “socialismo revolucionário” com o nome de Blanqui eram as classes dominantes, atribuindo-lhe, a função de representação simbólica. Mas as idéias que sintetizam o comunismo segundo Marx – a “revolução em permanência” e a “ditadura de classe do proletariado” – não encontravam lugar, entretanto, nos escritos de Blanqui.¹² Ora, o que caracterizava o blanquismo não era esse programa e sim a atitude conspirativa e sectária que definia os “alquimistas da revolução” e já havia sido rejeitada por Marx e Engels (ver p. ex.: cw, v. 10, p. 311-325).

A ruptura com o movimento democrático culmina na *Ansprache der Zentralbehörde an den Bund vom März 1850 (Mensagem ao Comitê Central da Liga dos Comunistas de março de 1850)*. Nela, Marx e Engels fazem uma caracterização das diferentes frações do movimento democrático alemão identificando nele três vertentes: a) a parte mais progressista da grande burguesia, cujo objetivo era a total e imediata derrocada do feudalismo e do absolutismo; b) a pequena-burguesia constitucionalista-democrática, cujo principal objetivo no movimento anterior era criar um Estado federal mais ou menos democrático; c) a pequena-burguesia republicana, cujo ideal era uma República federal alemã e que agora se autodenomi-

¹² Draper (1978, v. II, p. 591-595 e 599-612) argumenta consistentemente nesse sentido. Richard Hunt (1974, v. II) argumenta em sentido contrário, sem, contudo, oferecer como prova qualquer texto de Blanqui.

nava de “vermelhos” e “democratas-sociais”, fração esta integrada pelos membros dos congressos e comitês democráticos, os dirigentes das associações democráticas e os redatores da imprensa democrática” (cw, v. 10, p. 279).

Perante todas essas frações o proletariado deveria restabelecer sua *independência* e os comunistas deveriam afirmar-se como partido *autônomo*. A independência operária e a autonomia comunista não implicavam no isolamento destes do movimento democrático. Depois de identificada a heterogeneidade desse movimento, os autores da *Ansprache* afirmavam que o partido dos trabalhadores revolucionários deveria: “marchar conjuntamente com eles [os democratas pequeno-burgueses] contra as frações cuja derrota é desejada pelo partido operário; e se opõe a tais democratas pequeno-burgueses em todos os casos em que eles queiram consolidar sua posição em proveito próprio” (cw, v. 10, p. 280).

As ações comuns se limitavam, portanto, às frações constitucionalista-democrática e republicanas da pequena-burguesia, mas não levavam em conta a os elementos da grande burguesia. Ao contrário do que afirma Moss (1985 e 1998) no período de 1849 a 1850 Marx e Engels não renunciaram a uma luta mais ampla com outras forças políticas. A colaboração com a *Democratic Review* de George Julian Harney durante esses anos, apesar das evidentes diferenças, testemunha os esforços que fizeram para manter os laços com os setores operários do movimento democrático europeu.¹³ Indo além do *Manifest*, a *Ansprache* apoiava-se nas experiências de 1848 e 1849 para identificar de modo preciso as forças políticas e

¹³ Muito embora fosse além das reivindicações políticas contidas na People’s Charter, o que o colocava na ala esquerda do movimento cartista, Harney, ao contrário de Marx e Engels, reconhecia plenamente “o dogma de que a igualdade política deveria preceder a obtenção da justiça social.” (HARNEY, 1849a, p. 205.) Ao contrário de Moss (1985 e 1998) Nimitz Jr. (2000) sustenta ao longo de todo seu livro que Marx e Engels foram personagens-chave do movimento democrático do século XIX e que essa ação não é interrompida em 1849 e 1850.

sociais que confluíam no movimento democrático e para definir uma política de unidade que não implicava na subordinação do movimento operário e dos comunistas ao movimento democrático (ver NIMITZ JR., 2000, p. 104). Essa nova impostação parece amparar-se na previsão de uma nova revolução na Alemanha, previsão que se revelaria equivocada, e na percepção de que o proletariado alemão ainda não teria forças suficientes para liderar essa revolução, papel que caberia à pequena-burguesia (ver AVINERI, 1968, p. 197).

Apesar de uma percepção equivocada a respeito do desenvolvimento da revolução alemã e do papel que nela desempenharia a pequena-burguesia, à luz da experiência de 1848 e 1849, os autores da *Ansprache* afirmavam a necessária independência das classes trabalhadoras e a necessária permanência da revolução de modo a que esta não se autolimitasse a uma emancipação meramente política. Notável nesse ponto é definição do caráter internacional da revolução o que coloca a elaboração teórica da *Ansprache* em um patamar que permitirá a León Trotsky, no século xx, desenvolver sua teoria da revolução permanente:

Enquanto os democratas pequeno-burgueses desejam levar a revolução a seu termo tão prontamente quanto possível (...) é nosso interesse e nossa tarefa fazer a revolução permanente até que as classes mais ou menos possuidoras sejam forçadas a abandonar suas posições de dominação, o proletariado tenha conquistado o poder estatal e a associação dos proletários, não apenas em um país mas em todos os países dominantes do mundo tenha avançado tanto que cesse a competição entre os proletários desses países e que pelo menos as forças produtivas decisivas estejam concentrada nas mãos do proletariado (cw, v. x, p. 281).

A afirmação da independência do proletariado era, assim, condição para a revolução permanente. A *Ansprache* marca o ponto de má-

ximo desenvolvimento teórico-político da experiência das revoluções de 1848.¹⁴ Suas conclusões consolidam a cisão de Marx e Engels com o movimento democrático e o resgate teórico da estratégia da revolução permanente formulada em 1844. Expressam, portanto, não uma repetição de temas presentes no *Manifest*, ou na prática política que levaram a cabo à frente da *Neue Rheinische Zeitung*, mas uma reconstrução crítica desses temas à luz da experiência do movimento real.

Conclusão: para a crítica da democracia

As conclusões da *Ansprache* impossibilitam uma leitura reformista de Marx e Engels. Por essa razão, a marxologia de inspiração social-democrata tentou desvalorizar a importância desse documento. Eduard Bernstein considerava o texto a versão acabada de uma concepção blanquista que Marx teria evidenciado no *Manifest*, em *Die Klassenkämpfe in Frankreich 1848 bis 1850* e, até mesmo, em *Der 18. Brumaire des Louis Bonaparte* (1993, p. 36-46). Argumentando que já na *Zur Kritik der Hegelschen Rechtsphilosophie. Einleitung* (*Crítica da filosofia do direito de Hegel. Introdução*), estaria a afirmação de que toda revolução parcial seria utópica e apenas a revolução política seria ainda possível, Bernstein estabelecia uma conexão direta entre os textos escritos por Marx em 1844 e aqueles que redigiu entre 1848 e 1851.

No mesmo sentido, George Lichtheim (s.d., p. 155) considerou a *Ansprache* uma “aberração jacobino-blanquista”. Richard Hunt (1974, v. 1, p. 242-243), por sua vez, apontou para o fato de que o documento não é assinado por Marx e Engels e sim pelo comitê

¹⁴ Segundo Texier (1998, p. 46), nos “textos histórico-políticos da revolução de 1848 a palavra-de-ordem de revolução permanente assume uma significação geral e caminha ao lado daquela da ditadura revolucionária do proletariado.” Ainda segundo o mesmo comentador, a revolução permanente já estaria implícita nos *Grundsätze des Kommunismus* escritos por Engels.

central da Liga dos Comunistas e indicou certas passagens do texto na qual a *Ansprache* parece condenar a ação de Marx e Engels junto ao movimento democrático renano para sustentar a tese de que nesse documento teriam prevalecido as concepções dos artesãos Willich, Bauer e Eccarius ao invés das idéias dos redatores da extinta *Neue Rheinische Zeitung*.

Há, entretanto, vários momentos da obra e da correspondência entre Marx e Engels nos quais a autoria é reconhecida.¹⁵ Em uma carta dirigida a Engels e datada de 13 de julho de 1851, por exemplo, Marx refere-se à publicação do documento, ao mesmo tempo em que fornece uma síntese extremamente precisa de seu conteúdo: “Esse foi o trabalho que *escrevemos em conjunto*, ‘Ansprache an den Bund’ – *au fond* nada menos do que um plano de campanha *contra a democracia*.” (cw, v. 38, p. 384. Grifos meus.) Mas além desse explícito reconhecimento há ainda o fato de que Marx e Engels citaram esse texto repetidas vezes sem nunca renegar seu conteúdo. Não há nada na *Ansprache* que não esteja, por exemplo, em *Die Klassenkämpfe in Frankreich 1848 bis 1850* obra na qual, como visto, o programa do comunismo é sintetizado com a fórmula da *revolução em permanência* e da *ditadura de classe* do proletariado.

O nexo que Bernstein estabelece entre os textos de 1844 e o conjunto de obras que culmina na *Ansprache* não é de todo equivocado, muito embora o ponto de confluência que ele identifica – o blanquismo – o seja. O percurso que levou Marx e Engels do *Manifest* de 1848 à *Ansprache* de 1850 é homólogo ao que levou Marx da *Reinische Zeitung* de 1843 à *Zur Judenfrage* de 1844. A desilusão com a burguesia liberal no primeiro caso e com a burguesia e a pequena-burguesia democrática no segundo conduziu em ambas as ocasiões à afirmação da revolução permanente (ver Löwy, 2002, p. 101 e 225-226). A experiência das revoluções de 1848 e 1849 es-

¹⁵ Cf. a discussão em Draper (1978, v. II, p. 599-612). Ver tb. Löwy (2002, p. 225-229) e Nimitz Jr. (2002, p. 102-107).

timulou a crítica da democracia como movimento (os democratas) e à cisão com este. Os resultados das primeiras eleições com sufrágio universal masculino e à instalação dos primeiros parlamentos constituídos em base nesse sufrágio, por sua vez, são os materiais históricos a partir dos quais formularão sua crítica ao “cretinismo parlamentar”. O ponto de chegada da reflexão marx-engelsiana sobre a democracia é uma crítica da política sob a forma de uma crítica da democracia. Não são os princípios da igualdade política ou da soberania popular os objetos dessa crítica, muito embora Marx e Engels insistam sobre a precariedade de uma emancipação política que não seja completada pela emancipação social. O que se torna objeto da crítica é a forma atual da democracia.

Referências bibliográficas

- AVINIERI, Shlomo. *The social and political thought of Karl Marx*. Cambridge: Cambridge University, 1968.
- BERNSTEIN, Eduard. *The preconditions of socialism: edited and translated by Henry Tudor*. Cambridge: Cambridge University, 1993.
- BIANCHI, Alvaro. A revolução fora do tempo. Marx e Engels em 1848. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). *Ontem & hoje: Manifesto Comunista: trabalhos apresentados durante as comemorações dos 150 anos do Manifesto Comunista*. São Paulo: 1999, p. 29-57.
- _____. O espectro do Manifesto. A propósito dos 150 anos de uma teoria da ação revolucionária. *Outubro*, São Paulo, n. 1, p. 33-44, 1998.
- _____. A mundanização da filosofia: Max e as origens da crítica da política. *Trans/Form/Ação*, Marília, n. 29, p. 43-64, 2006.
- DRAPER, Hal. *Karl Marx's theory of revolution*. Nova York: Monthly Review, v4, 1978.
- HARNEY, George Julian. To the working classes. *Democratic Review*, Londres, v. 1, p. 1-6, jun. 1849.
- _____. To the working classes. *Democratic Review*, Londres, v. 1, p. 201-207, nov. 1849a.

- HUNT, Richard. *The political ideas of Marx and Engels*. Pittsburgh: Pittsburgh University, v.2, 1974.
- LICHTHEIM, George. *El marxismo: un estudio historico y critico*. Barcelona: Anagrama, s.d..
- LÖWY, Michel. *La teoria de la revolucion en el joven Marx*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1972.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Collected works*. Nova York: International Publishers, 1975-2001.
- MOSS, Bernard H. Marx and Engels on French Social Democracy: Historians or Revolutionaries? *Journal of the History of Ideas*, n. 4, v. 46, p. 539-557, Oct., 1985.
- _____. Marx and the permanent revolution in France: background to the Communist Manifesto. *Socialist Register*, v. 34, p. 147-168., 1998.
- NICOLAIEVSKI, Boris e MAENCHEN-HELFEN, Otto. *La vida de Carlos Marx. El hombre y el luchador*. México D.F.: Ayuso, 1973.
- NIMTZ JR., August H. *Marx and Engels: their contribution to the democratic breakthrough*. Albany, NY: State university of New York, 2000.
- TEXIER, Jacques. *Révolution et démocratie chez Marx et Engels*. Paris: PUF, 1998.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *Lembranças de 1848: as jornadas revolucionárias em Paris*. São Paulo: Companhia das letras, 1991)